



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

AGEVAP | AGEDOCE | AGEGRANDE | AGEGOIÁS
Versão 2.0 – REV 01 | Jun/2026

Código do Documento: CSG DO-0132
Classificação: Público

CONTROLE DE REVISÕES

A tabela 1 registra o histórico de versões e alterações desta Política de Privacidade.

Tabela 1. Controle de Revisões

Versão	Revisão	Data	Elaboração	Aprovação	Principais Alterações
1.0	REV 00	Jul/2023	GTSI/AGEVAP	Gerência de Planejamento Estratégico	Emissão inicial
2.0	REV 01	Jun/2026	GTSI/AGEVAP	Diretoria de Planejamento e Ações Estratégicas	Revisão geral: atualização de responsáveis, adequação à Resolução CD/ANPD nº 15/2024, inclusão da AGEGRANDE e AGEGOIÁS como entidades cobertas, revisão de cookies e monitoramento, ajustes de redação

SUMÁRIO

1	Visão Geral.....	4
2	Conceitos e Definições.....	5
3	Para que Processamos Dados.....	7
4	Quais Dados Coletamos ou Tratamos.....	9
5	Quem Tem Acesso aos seus Dados e para Quem Transferimos seus Dados.	10
6	Os seus Direitos.....	13
7	Sistemas de Tecnologia de Informação.....	14
8	Gestão de Incidentes.....	14
9	Inventário de Dados.....	15
10	Segurança de Dados Pessoais.....	16
11	Utilização do Nosso Website — <i>Cookies</i>	16
12	Monitoramento Passivo e Ativo dos Dispositivos Corporativos.....	17
13	Reclamações e Dúvidas.....	17
14	Capacitação e Conscientização.....	17
15	Alterações da Política de Privacidade e Cookies.....	18

1. VISÃO GERAL

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, criada em 20 de junho de 2002, com personalidade jurídica de associação de direito privado e fins não econômicos, exerce as funções de Agência de Água previstas no Art. 44 da Lei Federal nº 9.433/1997, no Art. 59 da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 3.239/1999 e no Art. 38 da Lei Estadual de Minas Gerais nº 13.199/1999. Sua sede (Matriz) está localizada em Resende/RJ, com 10 (dez) Unidades Descentralizadas nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Possui ainda 03 (três) filiais: AGEDOCE, com sede em Governador Valadares/MG; AGEGRANDE, com sede em Poços de Caldas/MG; e AGEGOIÁS, com sede em Goiânia/GO. Juntas, essas entidades atendem a 31 (trinta e um) Comitês de Bacias Hidrográficas, abrangendo uma área de 644 mil quilômetros quadrados e 1.222 municípios cerca de 22% do território brasileiro.

O tratamento cuidadoso desses dados é uma prioridade para a AGEVAP e suas filiais. Para tanto, cumprimos as normas e regulamentações aplicáveis, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018) e os atos normativos emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, incluindo a Resolução CD/ANPD nº 15/2024.

Esta Política de Privacidade aplica-se ao nosso site e aos nossos processos corporativos internos e externos que envolvem o tratamento de dados pessoais.

Cada um de nossos operadores de dados pessoais (ex.: fornecedores, prestadores de serviço e parceiros) possui sua própria política de privacidade, cujo conteúdo é de responsabilidade exclusiva deles.

Esta Política fornece uma visão abrangente do processamento de dados pessoais na Entidade Delegatária, suas finalidades e bases legais, bem como os direitos dos titulares e as formas de exercê-los.

Quando houver necessidade de consentimento, informaremos e solicitaremos sua manifestação específica para aquela finalidade.

Adotamos medidas técnicas e organizacionais para proteger seus dados pessoais. No tratamento dos dados pessoais, utilizamos as seguintes premissas e princípios:

- Tratar dados pessoais de forma justa e legal;
- Informar os titulares sobre o tratamento de seus dados pessoais e sobre seus direitos;
- Coletar dados pessoais para finalidades específicas e legítimas, não realizando qualquer outro tratamento incompatível com tais finalidades;
- Armazenar os dados pessoais de forma adequada e segura;
- Na medida do possível, manter os dados pessoais atualizados;
- Tratar os dados pessoais de forma proporcional e não excessiva em relação às finalidades para as quais são coletados e processados;
- Armazenar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário para os objetivos definidos; e
- Proteger os dados pessoais com medidas de segurança físicas, técnicas e organizacionais adequadas para evitar acesso não autorizado, tratamento ilegal, perda, destruição e dano não autorizado ou acidental.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os fins desta Política, aplicam-se as seguintes definições:

Tabela 02. Conceitos e Definições

Adequação	Compatibilidade do tratamento de dados com as finalidades informadas ao titular, conforme o contexto do tratamento.
Anonimização	Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados: órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD no Brasil.
Avaliação de Legítimo Interesse (LIA)	Verificação do enquadramento em bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais sem a necessidade do consentimento do titular, nos termos do art. 10 da LGPD.

Bases Legais	Fundamentação legal que torna legítimo o tratamento de dados pessoais para uma determinada finalidade prévia por parte das Entidades Delegatárias.
Consentimento	Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade previamente descrita, quando a base legal do ato demanda tal autorização.
Controlador	Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
Dados Pessoais	Qualquer informação que permita identificar, direta ou indiretamente, uma pessoa viva, como nome, RG, CPF, gênero, telefone e outros previstos na legislação.
Dados Pessoais Sensíveis	Dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural.
DPO / Encarregado de Dados	Pessoa indicada pela Entidade Delegatária para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a ANPD.
Entidade Delegatária	Entidade dotada de personalidade jurídica própria, descentralizada, sem fins lucrativos e de interesse social, que integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e cumpre a função social de Agência de Água, prevista no Art. 44 da Lei Federal nº 9.433/1997, para um ou mais Comitês de Bacias Hidrográficas.
Finalidade	Objetivo ou propósito que a Entidade Delegatária deseja alcançar a partir de cada ato de tratamento de dados pessoais.
Operador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
Privacy by Design	Privacidade desde a concepção: metodologia na qual a proteção de dados pessoais é pensada desde a concepção de sistemas, práticas, projetos, produtos ou qualquer solução que envolva o manuseio de dados pessoais.
Privacy by Default	Privacidade por padrão: metodologia na qual a privacidade é instituída em todas as ferramentas por padrão, conferindo maior expectativa de privacidade ao titular de dados pessoais.
Segurança	Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
Titular de Dados	Qualquer pessoa física cujos dados pessoais são processados no âmbito de um processo que se enquadra no escopo desta Política.
Tratamento	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle de informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

3. PARA QUE PROCESSAMOS DADOS

A utilização de nossos sites não requer a revelação de sua identidade. Contudo, se você pretender entrar em contato conosco, eventualmente solicitaremos seu nome e e-mail, ficando a seu critério o fornecimento dessas informações.

A partir do momento em que constituímos ou pretendemos constituir uma relação jurídica seja como ente do sistema, empregado, prestador de serviço ou demais terceiros coletamos e tratamos seus dados pessoais para a consecução do objetivo desse relacionamento.

Os dados pessoais necessários para a execução de nossos serviços e atividades não estão sujeitos a consentimento e são utilizados exclusivamente para finalidades específicas e legítimas.

Quando tratamos seus dados com fundamento no legítimo interesse, garantimos a devida transparência e o respeito aos direitos dos titulares.

Não utilizaremos seus dados pessoais para fins secundários, exceto mediante consentimento específico para esse fim.

A coleta e/ou o tratamento de seus dados pessoais ocorrem em razão de finalidades específicas, incluindo:

- Gerenciamento administrativo;
- Elaboração, celebração e gestão de instrumentos contratuais;
- Cadastro e gerenciamento de contatos para a gestão de projetos;
- Realização e gestão de treinamentos;
- Avaliação de serviços ou materiais entregues e realização de pagamentos;
- Gestão de processos seletivos;
- Gestão de estagiários;
- Gestão de empregados;
- Realização de exames médicos admissionais e demissionais;
- Melhoria contínua dos resultados dos serviços da organização;
- Gestão de riscos e garantia de segurança e sustentabilidade para a organização;

- Execução de atos administrativos;
- Gestão de pagamentos;
- Realização de contatos internos e externos;
- Integração entre as figuras que compõem os Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos;
- Gestão de dados de membros de Comitês de Bacias Hidrográficas em função das atribuições de secretaria executiva;
- Gestão de banco de dados de fornecedores;
- Gestão do espaço físico;
- Atendimento às Normas Regulamentadoras — NRs — de Medicina e Segurança do Trabalho;
- Gestão de responsabilidades;
- Gestão patrimonial;
- Comunicação institucional interna e externa;
- Realização de Pesquisas;
- Prestação de contas; e
- Realização de acordos de parceria com prefeituras e outros órgãos.

3.1. Tratamento de Dados com Fundamento no Legítimo Interesse

Tratamos dados com fundamento no legítimo interesse visando a melhoria dos processos organizacionais e a sua segurança. Para cada processo tratado com essa base legal, realizaremos uma Avaliação de Legítimo Interesse (LIA). O titular poderá exercer seus direitos a qualquer momento, enviando requisição ao nosso Encarregado de Dados (DPO).

4. QUAIS DADOS COLETAMOS OU TRATAMOS

Tratamos diferentes categorias de informações pessoais. Dado pessoal significa qualquer informação relativa a uma pessoa física identificada ou identificável direta ou indiretamente por meio de um identificador como nome, número de documento, localização, entre outros.

As informações estatísticas que não podem ser direta ou indiretamente associadas a uma pessoa física não são consideradas dados pessoais.

Os dados pessoais são tratados apenas na medida do necessário (princípio da necessidade) e exclusivamente para finalidades lícitas previstas nesta Política. Dados voluntariamente fornecidos além do necessário são de livre decisão do titular.

4.1. Dados Tratados

- Dados pessoais comuns: número de telefone, endereço, RG, CPF, matrículas, registros de órgãos, data de nascimento, entre outros;
- Dados pessoais sensíveis: dados de saúde de colaboradores, dados de dependentes menores, laudos e atestados médicos, dados relativos a gênero, religião, opinião política, fotos e biometria;
- Dados transmitidos ativa e conscientemente pelo titular durante o uso de nossos serviços telemáticos: dados em formulário de contato, empresa, cargo, função, entre outros;
- Dados enviados voluntariamente pelo titular: dados excedentes em currículo, por exemplo.

Adicionalmente, o uso de nossos sites, aplicativos e serviços, bem como o trânsito em nossas instalações, poderão resultar na coleta indireta dos seguintes dados:

- Imagens de câmeras de segurança física em nossas dependências;
- Dados de conexão técnica: endereço IP, data e hora da conexão/uso do serviço de rede, para verificação de autorização de acesso, autenticação de usuário e uso de aplicações/sistemas de TI.

4.2. Dados Sensíveis

Em alguns processos corporativos, a Entidade Delegatária trata dados pessoais considerados sensíveis pela legislação, tais como:

- Dados de saúde (laudos médicos, tipo sanguíneo, CIDs, atestados e outros);
- Filiação e dados de dependentes menores;
- Biometria;
- Imagem;
- Sexo;
- Raça; e
- Opiniões políticas.

4.3. Pessoas Menores de Idade

Nosso site e nossos serviços não são destinados a pessoas menores de idade, e não coletamos conscientemente informações pessoais delas.

Caso pessoas menores de 18 anos nos transfiram dados pessoais, isso somente será permitido se o responsável legal tiver anuído, em conjunto com o consentimento da criança ou do adolescente. Esses dados serão processados de acordo com esta Política de Privacidade.

Se verificarmos que uma pessoa menor de 18 anos nos enviou informações pessoais sem o consentimento do responsável legal, apagaremos imediatamente essas informações.

4.4. Estagiários e Aprendizes

Tratamos dados pessoais de menores exclusivamente nas hipóteses em que estes atuam como colaboradores na forma de estágio ou aprendizagem. Nessas oportunidades, os dados são coletados e tratados com o consentimento do menor e de seu responsável legal.

5. QUEM TEM ACESSO AOS SEUS DADOS E PARA QUEM TRANSFERIMOS SEUS DADOS

a) Nossos Empregados

O acesso aos dados pessoais tratados por nós é restrito aos nossos empregados e aos prestadores de serviços contratados que necessitem lidar com esses dados em razão de suas atividades.

Se terceiros tiverem acesso aos seus dados pessoais, obtivemos sua permissão ou existe base legal que autoriza esse compartilhamento.

Nossos fornecedores, prestadores de serviços e demais terceiros devem processar os dados exclusivamente conforme nossas instruções e em cumprimento aos regulamentos de proteção de dados aplicáveis, em especial a LGPD.

b) Prestadores de Serviços

Pessoas jurídicas contratadas para auxiliar a operacionalização de nossos serviços. Nesses casos, somente colaboradores selecionados e autorizados terão acesso aos seus dados pessoais.

Todos os terceiros com os quais eventualmente compartilhamos seus dados os tratam para tarefas específicas previamente definidas, com base em nossas instruções, mantendo-os confidenciais e seguros.

c) Terceiros por Motivos Legais

Compartilharemos seus dados pessoais com terceiros por motivos legais, tais como: Ministério Público Federal; Órgãos de Controle; Tribunais de Contas dos Estados e da União; e Órgãos Gestores aos quais estamos vinculados por Contratos de Gestão (co-controladores dos dados). Nesses casos, seus dados somente serão compartilhados em razão de finalidade específica, como obrigação legal, ordem judicial ou obrigação contratual.

d) Transferência Internacional de Dados Pessoais

Atualmente, a Entidade Delegatária está associada ao *World Water Council* - WWC (Fórum Mundial da Água) e são parceiras da *Agence de l'eau Loire-Bretagne* e do *Office*

International de l'Eau — OiEau, Entidade Delegatária da França para os projetos Maru e Interagências. Dessa forma, transferimos dados pessoais de forma internacional para a União Europeia.

Nesses casos, adotamos medidas para proteger seus dados pessoais, como análise da legislação local ou inclusão de cláusulas contratuais que impõem a esses terceiros a mesma proteção de dados exigida no Brasil.

Vale destacar que a União Europeia possui legislação de proteção de dados vinculante, de nível equivalente à LGPD, denominada *General Data Protection Regulation — GDPR*.

e) Período de Armazenamento de Dados Pessoais

Armazenamos os dados pessoais até o cumprimento das finalidades para as quais foram coletados (por exemplo, ao final de um relacionamento contratual, pela última atividade do titular, em caso de ausência de obrigação contínua ou em caso de revogação do consentimento para o tratamento).

Podemos, ainda, armazenar seus dados nas seguintes hipóteses:

- Existência de obrigação legal de retenção;
- Para prestações de contas ou respostas a órgãos gestores e auditorias;
- Necessidade dos dados para o exercício de direito ou defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais; ou
- Legítimo interesse, até o cumprimento do objetivo correspondente.

Após o cumprimento do objetivo, prestação de contas, auditorias e não havendo outro fundamento jurídico para armazenamento, os dados pessoais serão eliminados ou anonimizados.

Os dados pessoais serão mantidos pelos prazos prescricionais e decadenciais aplicáveis, podendo ser conservados por prazos superiores para atender a obrigações regulatórias ou para defesa em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

6. OS SEUS DIREITOS

O titular de dados pessoais tratados por nós poderá exercer gratuitamente os direitos previstos na LGPD. Contamos com nosso Encarregado de Dados para todas as questões relacionadas aos seus dados pessoais. São seus direitos:

- i. Confirmação da existência de tratamento;
- ii. Acesso aos dados;
- iii. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- iv. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- v. Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da ANPD, observados os segredos comercial e industrial;
- vi. Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD;
- vii. Informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- viii. Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e
- ix. Revogação do consentimento, mediante manifestação expressa do titular, nos termos do § 5º do art. 8º da LGPD.

Você também tem o direito de se opor, a qualquer momento, ao tratamento de dados pessoais para fins de marketing direto, mediante requisição ao nosso DPO.

6.1. Como Exercer seus Direitos

Para exercer seus direitos, solicite diretamente aos nossos Encarregados de Dados (DPOs) por meio dos canais abaixo:

AGEVAP/ AGEGRANDE / AGEGOIÁS[/encarregado.lgpd@agevap.org.br](mailto:encarregado.lgpd@agevap.org.br)<https://www.agevap.org.br/lgpd>**AGEDOCE**encarregado.lgpd@agedoce.org.brprotocolo@agedoce.org.br

Após a solicitação, nossos Encarregados de Dados poderão solicitar informações para confirmar sua identidade antes de atender à requisição.

7. SISTEMAS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

Os sistemas de Tecnologia da Informação de suporte a processos e atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais desenvolvidos ou adquiridos pela Entidade Delegatária deverá seguir os conceitos de *Privacy by Design* e *Privacy by Default*. A adesão à LGPD e a esta Política deve ser observada desde a concepção, atualização de versões ou aquisição dos sistemas.

8. GESTÃO DE INCIDENTES

Em caso de incidentes envolvendo dados pessoais, a Entidade Delegatária acionará o Plano de Gestão de Crises com Dados Pessoais (CSG DO-0135), que contempla:

- Critérios de controle e registro de vazamentos;
- Procedimentos de contenção e mitigação;
- Plano de comunicação aos titulares afetados; e
- Comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, nos termos do art. 48 da LGPD.

A comunicação à ANPD e aos titulares deverá ocorrer no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme regulamentação vigente da ANPD, e conterà, no mínimo: (i) a descrição da natureza dos dados afetados; (ii) informações sobre os titulares envolvidos; (iii) as medidas técnicas e de segurança adotadas; (iv) os riscos relacionados ao incidente; e (v) as medidas adotadas ou a serem adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

9. INVENTÁRIO DE DADOS

O inventário de dados pessoais da Entidade Delegatária é mantido atualizado, identificando os tipos documentais e as informações que os contêm, visando seu tratamento em acordo com a respectiva base legal e com adoção do conceito de coleta mínima.

O inventário será revisado anualmente, considerando o contexto de produção ou acúmulo dos documentos e informações, podendo ser revisado em periodicidade inferior sempre que alterações relevantes nos processos de tratamento assim o exigirem.

10. SEGURANÇA DE DADOS PESSOAIS

A Entidade Delegatária implementará as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir a segurança adequada dos dados pessoais. Todos os empregados são responsáveis por garantir que os dados pessoais mantidos sob sua responsabilidade sejam conservados de forma segura e não divulgados a terceiros, salvo autorização expressa mediante acordo ou contrato celebrado.

O acesso a dados pessoais é restrito a quem deles necessita e somente pode ser concedido com autorização das Entidades Delegatárias.

11. UTILIZAÇÃO DO NOSSO WEBSITE — COOKIES

a) Informações sobre *Cookies* e Opções de Desativação

Podemos utilizar *cookies* em algumas áreas de nosso site para reconhecer as preferências dos visitantes, melhorar a navegação e identificar áreas de maior interesse.

Cookies são pequenos arquivos armazenados no dispositivo do visitante que permitem que informações sejam retidas por um período determinado. Utilizamos *cookies* permanentes (para melhor orientação do usuário) e *cookies* de sessão (excluídos automaticamente ao fechar o navegador). O usuário pode configurar seu navegador para ser informado sobre o uso de *cookies*, tornando-o transparente.

Coletamos dados de conexão técnica com base no legítimo interesse (art. 10 da LGPD) para proteger nosso servidor web, defender-nos contra ataques e garantir a funcionalidade dos serviços.

Cookies não estritamente necessários somente serão utilizados após consentimento expresso do usuário, que pode ser revogado a qualquer momento.

Caso o usuário exclua todos os *cookies*, algumas funções do site poderão ser indisponibilizadas. A exclusão de *cookies* de desativação também exigirá sua redefinição. Os *cookies* são vinculados ao navegador e devem ser configurados separadamente para cada navegador e dispositivo utilizado.

12. MONITORAMENTO PASSIVO E ATIVO DOS DISPOSITIVOS CORPORATIVOS

Com o objetivo de promover segurança técnica aos dados pessoais que tratamos, os dispositivos corporativos (ex.: computadores, celulares) podem estar equipados com sistemas de monitoramento passivo e ativo das atividades, razão pela qual é vedada a utilização desses dispositivos para finalidades pessoais/particulares.

O monitoramento é realizado com base no legítimo interesse da Entidade Delegatária, visando a proteção de ativos de informação, a prevenção de incidentes de segurança e o cumprimento de obrigações legais e contratuais.

13. RECLAMAÇÕES E DÚVIDAS

Em caso de dúvidas relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais ou aos direitos previstos nesta Política e na LGPD, acione nossos Encarregados de Dados pelos contatos indicados na Seção 6.1. O titular tem ainda o direito de apresentar reclamação diretamente à ANPD, conforme previsto na LGPD.

14. CAPACITAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Devem ser promovidas, de forma continuada, ações educacionais, de capacitação, sensibilização e conscientização sobre as melhores práticas de tratamento de dados

peçoais na Entidade Delegatária. Essas ações devem incluir a ampla divulgação dos riscos e das consequências do não cumprimento dessas práticas.

15. ALTERAÇÕES DA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES

Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada periodicamente para refletir mudanças em nossos processos, na legislação aplicável ou nas determinações da ANPD. Quando alterações relevantes forem realizadas, informaremos os titulares pelos canais disponíveis.
